



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

1 - ORDENS DO DIA

- 1.1 - Plenário
- 1.2 - Comissões

2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 2.1 - Comissões

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 70ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 13/9/2011

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 1.002/2011, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao DER-MG pedido de providências para que seja remetida a esta Casa cópia do relatório de fiscalização do transporte coletivo rodoviário na Região Metropolitana de Belo Horizonte sob jurisdição desse órgão. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.095/2011, do Deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado à Cemig pedido de informações sobre as vilas da Região Metropolitana de Belo Horizonte que não possuem rede de energia elétrica. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.106/2011, da Comissão do Trabalho, em que solicita seja encaminhado à Seplag pedido de informações sobre os impactos na economia mineira e na região de Ouro Preto caso a unidade da empresa Novelis do Brasil Ltda., instalada nesse Município, seja fechada. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.109/2011, da Comissão do Trabalho, em que solicita seja encaminhado ao BDMG pedido de cópia dos contratos e acordos selados entre a instituição financeira e a empresa Novelis do Brasil Ltda. e do relatório dos investimentos e empréstimos que o BDMG tenha contratado com a referida empresa. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.110/2011, da Comissão do Trabalho, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Fazenda pedido de informações sobre os relatórios das receitas diretas e indiretas que a unidade da empresa Novelis do Brasil Ltda., em Ouro Preto, gera para o Estado, os incentivos dados pelo Estado à referida empresa e as dívidas dessa empresa com o Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.



2ª Fase (das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.123/2011, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Justiça do Estado, do Tribunal de Justiça Militar do Estado, do Tribunal de Contas do Estado, da Assembleia Legislativa do Estado e do Ministério Público do Estado e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.124/2011, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 577/2011, do Deputado Gustavo Perrella, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pompéu os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 578/2011, do Deputado Gustavo Perrella, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Pompéu o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 765/2011, do Deputado Wander Borges, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Sabará. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Transporte e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 955/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Borda da Mata o trecho que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Transporte e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.378/2011, do Deputado Carlos Mosconi, que altera o art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 15.904, de 15/12/2005, que doa ao Município de Paraisópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.111/2011, do Deputado Sebastião Costa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Orizânia o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 13/9/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 313/2011, do Deputado Neilando Pimenta e do Deputado Fred Costa; 1.443/2011, do Deputado João Leite; 2.257/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.747/2011, do Deputado Tenente Lúcio.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 10/2011, do Deputado Elismar Prado; 305/2011, da Deputada Liza Prado; 346/2011, do Deputado Fred Costa; 941/2011, do Deputado Arlen Santiago; 1.782/2011, do Deputado Gilberto Abramo; 1.837/2011, do Deputado Elismar Prado; 79/2011, da Deputada Liza Prado; 87 e 92/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 121, 234 e 235/2011, do Deputado Elismar Prado; 268/2011, do Deputado Duarte Bechir; 320/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 356/2011, do Deputado Fred Costa; 367, 371 e 372/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; /2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 409/2011, do Deputado Fred Costa e da Deputada Liza Prado; 429 e 434/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 472/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 514/2011, do Deputado Duarte Bechir; 551/2011, do Deputado Paulo Guedes; 645/2011, do Deputado Doutor Viana; 671/2011, do Deputado Rogério Correia; 679 e 680/2011, do Deputado Luiz Henrique; 701/2011, do Deputado Arlen Santiago; 749/2011, do Deputado Durval Ângelo; 768/2011, do Deputado Wander Borges; 808 e 810/2011, do Deputado Gustavo Corrêa; 829/2011, do Deputado Carlos Pimenta; 848/2011, do Deputado Delvito Alves; 850/2011, do Deputado Gilberto Abramo; 878/2011, do Deputado Almir Paraca; 950/2011, do Deputado Carlin Moura; 1.032/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.096/2011, do Deputado Agostinho Patrus Filho; 1.139/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.155/2011, do Deputado Gustavo Valadares; 1.161/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.175/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.205, 1.206 e 1.265/2011, do Deputado Gustavo Valadares; 1.302/2011, do Deputado Juninho Araújo; 1.336/2011, da Deputada Ana Maria Resende; 1.339/2011, do Deputado Duarte Bechir; 1.363, 1.365 e 1.374/2011, da Deputada Ana Maria Resende; 1.436/2011, da Deputada Rosângela Reis; 1.476/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.530/2011, do Deputado Rogério Correia; 1.537/2011, do Deputado Pompílio Canavez; 1.542 e 1.543/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 1.546 e 1.547/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 1.562/2011, do Deputado Hely Tarquínio; 1.635/2011, do Deputado Anselmo José Domingos; 1.659/2011, do Deputado Rogério Correia; 1.702/2011, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 1.704/2011, do Deputado Arlen Santiago; 1.734/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.737/2011, do Deputado



Marques Abreu; 1.754/2011, da Deputada Maria Tereza Lara; 1.859/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel; 1.898/2011, do Deputado Carlin Moura; 1.905/2011, do Deputado Elismar Prado e da Deputada Liza Prado; 1.949/2011, do Deputado Elismar Prado; 1.966 e 1.967/2011, da Deputada Liza Prado; 1.992/2011, do Deputado João Leite; 1.993/2011, do Deputado Antônio Genaro; 2.126/2011, da Deputada Liza Prado; 2.143/2011, do Deputado Anselmo José Domingos; 2.165/2011, da Deputada Liza Prado; 2.176/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 2.219/2011, do Deputado Elismar Prado; 2.275/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 2.291/2011, do Governador do Estado; 2.355/2011, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 208/2011, do Deputado Elismar Prado; 432/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 1.275/2011, do Deputado Gustavo Valadares; 2.211/2011, do Deputado Antonio Lerin; 2.228/2011, do Deputado Rômulo Veneroso; 2.233 e 2.234/2011, do Deputado Fábio Cherem; 2.236/2011, do Deputado Paulo Lamac; 2.237, 2.239, 2.240, 2.241 e 2.242/2011, do Deputado Rogério Correia; 2.244, 2.245, 2.246, 2.247 e 2.250/2011, do Governador do Estado; 2.251/2011, do Governador do Estado; 2.256/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 13/9/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 967/2011, do Deputado Inácio Franco, e 1.689/2011, do Deputado Luiz Humberto Carneiro.

Finalidade: debater a atual situação dos lixões e aterros sanitários no Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 13/9/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 13/9/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 12/2011, do Deputado Elismar Prado; 723/2011, do Deputado Délio Malheiros; 1.601/2011, do Deputado João Vítor Xavier.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 13/9/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 170/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 179/2011, do Deputado Rogério Correia; 293/2011, do Deputado Elismar Prado; 839/2011, do Deputado Délio Malheiros; 1.280/2011, do Deputado Gustavo Valadares; e 2.125/2011, do Tribunal de Justiça.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:



Requerimentos nºs 1.361/2011, do Deputado Carlin Moura; 1.363/2011, do Deputado Délio Malheiros; e 1.394/2011, do Deputado Elismar Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 13/9/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.886/2011, do Deputado Rogério Correia.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 253/2011, do Deputado Elismar Prado; 855/2011, do Deputado Inácio Franco; e 1.074/2011, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 13/9/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 644/2011, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 13/9/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater a campanha "Abre a Copa, Mineirão."

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 14/9/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.097/2011, do Deputado Adelmo Carneiro Leão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 14/9/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Conjunta das Comissões de Saúde e de Educação, Ciência e Tecnologia**

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Hely Tarquínio, Adelmo Carneiro Leão, Doutor Wilson Batista e Neider Moreira, membros da Comissão de Saúde; os Deputados Bosco, Dalmo Ribeiro Silva, Carlin Moura, Neilando Pimenta e Paulo Lamac, membros da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, para a reunião a ser realizada em 13/9/2011, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater, em audiência pública, o Programa Bom Começo: Programa de Acompanhamento da Saúde na Escola - PBC -, ação social empreendida pela Fundação Hospital de Olhos - Holhos -; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 12 de setembro de 2011.

Carlos Mosconi, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Lamac, Antônio Genaro, Delvito Alves e Luiz Carlos Miranda, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada, com a presença de convidados, em 15/9/2011, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de obter esclarecimentos sobre suposta violação do devido processo legal na transferência de policiais do Grupamento de Ações Táticas Especiais – Gate – sem a observância do ato administrativo, bem como sobre denúncias de improbidade administrativa cometida pelo Ten. Cel. PM Marcelo Vladmir Correa e pelo Maj. PM Ledvan Salgado Cotta; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 12 de setembro de 2011.

Durval Ângelo, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Duarte Bechir, Gustavo Corrêa e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 15/9/2011, às 10 horas, na Câmara Municipal de Montes Claros, com a finalidade de debater a implantação de um empreendimento imobiliário em área de preservação permanente e a criação de um aterro sanitário no entorno, próximo a afluentes do Rio Verde Grande, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 12 de setembro de 2011.

Célio Moreira, Presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.079/2011****Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social****Relatório**

De autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Lar Frederico Ozanam, com sede no Município de Ribeirão Vermelho.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.079/2011 pretende declarar de utilidade pública o Lar Frederico Ozanam, com sede no Município de Ribeirão Vermelho, obra unida à Sociedade de São Vicente de Paulo, de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por escopo prestar assistência social de forma caritativa.

Com esse propósito, a instituição oferece assistência médica ambulatorial e asilar, fornecendo medicamentos aos necessitados; mantém estabelecimento destinado a abrigar pessoas idosas em condições precárias de saúde física e mental, proporcionando-lhes assistência material, moral, intelectual, social e afetiva, em condições de liberdade e dignidade.

Tendo em vista o relevante trabalho humanitário desenvolvido pelo Lar Frederico Ozanam, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.079/2011, em turno único, na forma apresentada.



Sala das Comissões, 9 de setembro de 2011.
Luiz Miranda Miranda, relator.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1.906/2011

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.906/2011, de autoria do Deputado Gustavo Perrella, que declara de utilidade pública a Associação Quilombola Morro de Santo Antônio – AQMSANTO –, com sede no Município de Itabira, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.906/2011

Declara de utilidade pública a Associação Quilombola Morro de Santo Antônio – AQMSANTO –, com sede no Município de Itabira.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Quilombola Morro de Santo Antônio – AQMSANTO –, com sede no Município de Itabira.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 2011.

Duarte Bechir, Presidente – Luiz Henrique, relator – Dalmo Ribeiro Silva.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

69ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 6/9/2011

O Deputado Paulo Guedes* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, servidores da Justiça aqui presentes e todos os que nos acompanham pela TV Assembleia, das diversas cidades de Minas, antes de iniciar minha fala, concedo aparte à colega Deputada Maria Tereza Lara.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte)* - Agradeço ao Deputado Paulo Guedes, parabenizando-o pelo trabalho atuante nesta Casa, onde representa todo o Estado, sobretudo o Norte. Estou inscrita, mas não sei se terei tempo de falar ainda hoje e não gostaria de deixar passar esta data sem registrar um fato extremamente importante para nós, mulheres do Estado de Minas Gerais e do Brasil.

Neste final de semana, nos dias 2, 3 e 4 de setembro, estive em Brasília para participar do IV Congresso Nacional do PT, partido de que faço parte, e aprovamos a paridade de gênero. Portanto, Deputado Paulo Guedes, somos nós, mulheres e homens, companheiras e companheiros lado a lado, ocupando os espaços do poder tanto internamente no partido quanto nas candidaturas, para contribuímos com o olhar feminino, com o nosso compromisso para com a sociedade que tanto queremos e pela qual temos lutado nesses 31 anos do PT. Realmente é uma ação extremamente importante, defendida pelo nosso companheiro Berzoini e aprovada praticamente por unanimidade. Lógico que é um grande desafio, sobretudo nas candidaturas, que as mulheres se coloquem e estejam presentes. No entanto, gostaria de deixar registrado isso nos anais desta Casa.

Aproveitando a oportunidade, não poderia deixar de ser solidária com nosso companheiro e líder Deputado Rogério Correia. Eu, como Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública, tenho publicamente elogiado a nossa Polícia Militar em todos os lugares a que vou, mas gostaria de registrar isto nesta Casa: não podemos aceitar essa situação. É preciso que se esclareça. Não quero acreditar que a nossa polícia, que é referência nacional, se preste a esse tipo de papel. Trata-se de um momento extremamente delicado, mas é importante ressaltar que todos nós queremos que realmente haja diálogo e que se resolva o mais rapidamente possível o impasse da greve.

Sou professora aposentada, trabalhei durante 25 anos em escola pública estadual e fui Diretora da escola, por isso sei a importância que tem para nós, da educação, esse diálogo. Temos de esclarecer isso. Na verdade, Sr. Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, esta Casa tem papel importantíssimo, neste momento da democracia, de fazer a interlocução, de ajudar a esclarecer e a refletir, porque não podemos deixar macular-se o Estado de Minas Gerais com nenhuma dúvida. Todos nós queremos uma democracia transparente e clara. Defendemos isso, acreditamos nisso, portanto queremos que essa situação seja esclarecida. Obrigada.

O Deputado Paulo Guedes* - Deputado Rogério Correia, só um momento. Com muita satisfação lhe concederei aparte, mas antes gostaria de registrar um acontecimento muito importante para o Norte de Minas Gerais, especialmente para a região da Serra Geral de Minas, a cidade de Janaúba e cidades vizinhas.

Ontem, pela manhã, em Janaúba, ao lado do Prefeito José Benedito, da Câmara de Vereadores e das autoridades locais, recebemos o Reitor Pedro Ângelo Almeida Abreu, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, acompanhado pelo Deputado Federal Leonardo Monteiro. Aliás, estivemos juntos ontem em Janaúba para visitar o local do futuro câmpus dessa Universidade, que será instalada nessa cidade. Trata-se de um empreendimento de dezenas de milhões de reais que já será iniciado, Deputado Adelmo Carneiro Leão, com sete cursos e 2.500 vagas, o que abrirá oportunidades para a nossa juventude, para a nossa região. Com certeza esse é o maior investimento da história de Janaúba.



Então, quero aproveitar esta oportunidade para parabenizar o Prefeito José Benedito pela articulação que fez acompanhado por nós e pelo Deputado Federal Leonardo Monteiro. Juntos estivemos no MEC, com o Ministro. A Prefeitura fará a doação do terreno, e ainda este ano começará a implantação do nosso câmpus da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri em Janaúba, uma conquista ontem celebrada e comemorada por toda a comunidade de Janaúba e região.

Portanto, agradeço ao Reitor, Prof. Pedro Ângelo, e gostaria de dizer que o Norte de Minas abraça essa ideia de ter Janaúba como a segunda maior cidade da nossa região e também de haver lá uma universidade federal. Sem sombra de dúvida, isso é um avanço muito grande e uma demonstração do carinho que a Presidente Dilma e o nosso Ministro da Educação têm com o Norte de Minas, com as regiões mais pobres e excluídas deste Estado.

Por isso, estamos comemorando. Estamos alegres com esse anúncio tão importante para Janaúba e toda a região do Norte de Minas.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Deputado Paulo Guedes, cumprimento-o por sua luta pelo Norte de Minas e lhe agradeço a boa notícia. Há 15 anos, ninguém pensava que teríamos universidade nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e agora no Norte de Minas, na nossa querida Janaúba. É uma notícia de primeira, que mostra o carinho e a diferença com que estão sendo tratadas essas regiões. Antigamente, eram tratadas de forma diferente pela exclusão, agora são tratadas de forma diferente, mas pela inclusão. É uma dívida que nosso país tem com o Nordeste, o Norte de Minas e os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. Quero parabenizá-lo, pois fico muito feliz, não poderia haver notícia melhor.

Infelizmente, as notícias para a educação em Minas Gerais, do ponto de vista do governo do Estado, não são boas. O Deputado André Quintão expôs, e fiz questão de fazer essa denúncia para a imprensa antes de se iniciar a reunião, tendo comunicado o fato ao Presidente Dinis Pinheiro, a quem agradeço pela atenção. É um fato triste. Há muito o Deputado Sávio Souza Cruz vem-se referindo a Minas Gerais como Estado de exceção. Nós falamos isso, mas não é dada a devida importância, porque é a Oposição que fala isso. Estou convencido de que esse Estado de exceção vem-se ampliando. O Ministério Público, no episódio da greve, em vez de fazer papel de intermediação, vem pressionando o sindicato. O Tribunal de Justiça prefere julgar ilegal a greve, desempenhando o papel que o governo do Estado quer. A imprensa em Minas é censurada. Isso é segredo de polichinelo, pois todos sabem como a imprensa é censurada e qual é o papel de Andrea Neves, irmã do ex-Governador Aécio Neves, nesse procedimento no nosso Estado. No Tribunal de Contas, por mais que os técnicos se esforcem, os Conselheiros sempre dão ganho às análises feitas pelo governo do Estado.

Deputado Paulo Guedes, “arapongagem” e espionagem, aí já é demais. Estão colocando policiais militares descaracterizados, em carro descaracterizado, o que é ilegal, para perseguir e intimidar sindicalistas. A Profa. Beatriz Cerqueira já reclama há 10 dias, receosa e com medo, porque está sendo ostensivamente vigiada. O Prof. Zé Luiz, do Sind-UTE, teve sua casa apedrejada anteontem. A Polícia Militar foi avisada do que estava ocorrendo em assembleia dos professores, a Profa. Beatriz pediu socorro, mas, em vez de melhorar, a situação piorou. Hoje pela manhã ela me ligou pedindo ajuda, pois a 20m do sindicato havia um carro descaracterizado intimidando o Sind-UTE, em especial ela. Fui lá, mas a pessoa fugiu do local, não quis identificar-se. Pedi ao Comandante da Polícia Militar que enviasse uma viatura lá, para ver o que estava ocorrendo, porque poderia ser ladrão. Ele me respondeu que não iria enviar a viatura para não criar fato político. Ele disse isso duas vezes ao telefone. Eu disse que não queria saber de fato político, mas que ele fosse lá saber quem eram aquelas pessoas. Uma saiu, e não conseguimos identificar, a outra está identificada. A TV Alterosa estava lá e gravou. E o Cel. Renato, da Polícia Militar, disse que não iria enviar e não enviou viatura para verificar o que estava acontecendo. Isso é extremamente grave, é prevaricação.

Deputado Dinis Pinheiro, queria que V. Exa. comunicasse ao Governador do Estado que, se acontecer alguma coisa à Profa. Beatriz ou a alguns dos sindicalistas que estão sendo perseguidos de forma indevida e ilegal pelo aparato do Estado, ele terá responsabilidade.

Agora passou a ser um caso público. O Comandante da Polícia Militar fala em nome do Governador, então, se ele se nega a verificar quem estava fazendo isso, quem intimidava uma sindicalista, professora, coordenadora de um sindicato, que está em greve há 90 dias, a responsabilidade é do Governador do Estado. Gostaria que V. Exa. comunicasse isso a ele. Não sei se o Governador está sabendo disso, mas o Estado de exceção está aí para quem quiser ver. Minas Gerais vivencia o Estado de exceção. Não sei se isso sairá na imprensa à noite. Não sei as intenções da Andrea Neves, como isso será tratado. Mas colocaremos o vídeo na internet e continuaremos fazendo a denúncia. O silêncio não será imposto a nós pela mídia nem pela Polícia Militar. Já lutamos contra a ditadura. Então agora é muito mais fácil lutar contra o Estado de exceção em Minas. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Guedes* - Obrigado, Deputado Rogério Correia. Fico triste porque no interior, nos Distritos, nas regiões mais distantes, as pessoas não têm segurança pública. Recentemente visitei o Distrito de Quem-Quem, no Município de Janaúba, que possui mais de 4 mil habitantes e onde não há nenhuma segurança. Lá a Prefeitura construiu um quartel, e a Polícia Militar, há mais de 20 anos, promete mandar para lá policiais. Essas comunidades estão totalmente abandonadas do ponto de vista da segurança pública. O tráfico de drogas está invadindo, Deputado Adelmo, essas pequenas comunidades, onde não havia consumo de drogas. Hoje o “crack” está tomando conta da juventude dos pequenos Distritos, das comunidades rurais, nos cantos mais distantes de Minas Gerais. Isso é uma coisa que só víamos nos grandes centros, mas que hoje se espalhou para as pequenas cidades e principalmente para os Distritos, onde não há nenhum tipo de segurança, onde a segurança pública está totalmente ausente, não se conta com a Polícia Militar nem a Polícia Civil. São cidades onde não há Juiz, Promotor nem Delegado; aliás, quando há Delegado, não há Juiz, quando há Juiz, não há Promotor. As comarcas funcionam com muita precariedade. A Defensoria Pública deveria atuar, mas não existe Defensor Público nessas comarcas. Enfim a Justiça concentra-se nos grandes centros e, muitas vezes, está aberta apenas para quem tem condição de pagar um bom advogado, ou seja, a Justiça é para os ricos. A Justiça para os pobres está muito distante. Notamos tantas coisas acontecendo, como as dificuldades da segurança pública pelas quais passam as cidades mais distantes do nosso Estado. Quero, portanto, apresentar essa questão do Distrito de Quem-Quem, no Município de Janaúba, e fazer um apelo às forças de segurança pública do Estado para que olhem isso. Já que estão sobrando policiais militares para fazer espionagem, poderiam muito bem redirecioná-los para fazer cobertura no interior.

Além dos investimentos, divulgados ontem pelo governo federal, para a construção do câmpus da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri em Janaúba, gostaria ainda, nos poucos minutos que me restam, de agradecer à Presidente Dilma e ao ex-



Presidente Lula o anúncio das escolas técnicas para a nossa região. Isso está sendo feito em convênio com a Unimontes, e estamos aguardando a liberação dos recursos para a instalação da escola técnica em Manga, Taiobeiras, Monte Azul, Janaúba, Brasília de Minas, Bocaiuva e várias outras cidades dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri.

Como o tempo já se encerrou, Sr. Presidente, mais uma vez gostaria de agradecer a V. Exa. e aos colegas e também de dizer que estamos muito alegres, felizes, no Norte de Minas, com o acontecimento de ontem em Janaúba, com o anúncio da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri sobre o câmpus em Janaúba. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão* - Deputado Dinis Pinheiro, Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, alguns assuntos importantes me trazem à tribuna nesta tarde. O primeiro deles é dar publicidade a uma decisão do governo estadual em relação a uma demanda apresentada pela Comissão de Participação Popular sobre o abastecimento de água em comunidades com menos de 200 habitantes no Estado. Todos aqui sabem que colocamos essa questão como central no primeiro semestre para buscar atendimento a centenas de localidades no Jequitinhonha, no Mucuri e no Norte de Minas, onde a concessionária da Copasa, a Copanor, tem um contrato de programa. Mas a Copanor não assume esse atendimento. Fizemos visitas à agência de saneamento, à Copanor; fizemos uma caravana ao Jequitinhonha - outros órgãos de imprensa fizeram o mesmo -; denunciemos no Plenário desta Casa, quando até trouxemos uma amostra da água bebida pelo povo dessas comunidades com alta concentração de coliforme fecal; e aprovamos um requerimento e o relatório ao Governador do Estado.

Pois bem, Sr. Presidente. O Governador designou o Deputado Bilac Pinto, Secretário, para discutir o relatório com a Comissão de Participação Popular. Estivemos com o Secretário Bilac Pinto, acompanhados do Deputado Luiz Henrique, também muito atuante na região, e recebemos o comunicado oficial do Secretário de que a Secretaria de Desenvolvimento Regional e Política Urbana - Sedru - passa a se responsabilizar pelo atendimento a comunidades com menos de 200 habitantes no semiárido mineiro. Estamos aqui dando publicidade a essa decisão, e agora iremos acompanhá-la.

Até entendo que o melhor seria a Copanor rever o seu critério, mas não sou Governador, não sou da base do governo, então não tenho essa liberdade de opinar e de decidir. Acho que pode haver uma incompatibilidade por dois órgãos atuarem na mesma questão, no mesmo Município. Mas essa é uma decisão de gestão do governo, e o importante é que o governo assumiu esse atendimento. E mais, ele apresentará uma audiência pública nesta Assembleia, audiência que já aprovamos, até por meio de um requerimento do Deputado Gustavo Valadares, Líder da Maioria, em audiência pública da Comissão de Participação Popular.

Então o governo apresentará, em curto prazo, um plano de atendimento a 29 localidades em 10 Municípios. São localidades visitadas pela Comissão. Haverá atendimento para comunidades com menos de 200 habitantes no projeto estruturador do Plano Plurianual de Ação Governamental 2012-2015. Obviamente, nas audiências públicas que faremos para discutir o PPAG, verificaremos essa incorporação, o plano de metas e os recursos disponibilizados. Quero, até como prestação de contas ao povo de Minas Gerais, dizer que conseguimos a decisão do governo de atender às comunidades com menos de 200 habitantes. O nosso papel agora é de acompanhamento e cobrança para verificarmos se estará mesmo no estruturador e qual será o ritmo de implementação. Quem visita o Mucuri, o Norte e o Jequitinhonha sabe do drama das famílias, principalmente nos períodos de estiagem, quando falta água até para beber. Faço esse registro. Foi uma luta vitoriosa em sua primeira etapa. Esperamos que, de fato, o governo cumpra esse compromisso. Acredito que o fará, até porque o Governador não estabelecerá um compromisso sem a intenção de efetivamente realizá-lo. Esse é o primeiro ponto.

Segundo ponto, Sr. Presidente, quero comunicar aos Deputados e Deputadas que ontem, em Ribeirão das Neves, abrimos com chave de ouro o seminário legislativo "Pobreza e desigualdade". Dele participaram aproximadamente 650 pessoas: lideranças, gestores, Vereadores, Prefeitos, Vice-Prefeitos. Enfim, lá estiveram não só uma gama de representantes da sociedade, como também sindicalistas, organizações não governamentais e religiosas, técnicos e movimentos sociais. O encontro foi muito positivo. O seminário contou com essa participação expressiva, e ficamos em Ribeirão das Neves praticamente das 8 às 19 horas, num trabalho muito intenso. Foram quase 11 horas de trabalhos em grupos, com apresentação de propostas.

Deputado Dinis Pinheiro, quero parabenizá-lo, o que também fiz ontem, na audiência. O Deputado Dinis Pinheiro e a Assembleia deram total apoio à realização desse seminário. Como disse, dele participaram mais de 650 pessoas. Esse seminário será muito importante para fazermos um consolidado de propostas para apresentarmos no Orçamento do próximo ano, para o Plano Plurianual.

Aproveito para convidar quem está nos assistindo. No dia 9, será realizada a etapa regional de Araçuaí, no Médio Jequitinhonha. No dia 13, será em Governador Valadares, no Leste mineiro. Convidamos novamente todas as pessoas a participarem porque, de fato, é a oportunidade que temos para apresentar propostas muito consistentes para superar a pobreza extrema em Minas, por intermédio do desenvolvimento regional. Queremos uma sociedade justa e inclusiva. Queremos um desenvolvimento sustentável e integrado, que reduza a diferença entre as pessoas e as regiões.

A Presidenta Dilma lançou o plano Brasil sem Miséria, que possui três eixos: ampliação da transferência de renda, ampliação da inclusão produtiva e melhoria na oferta dos serviços públicos. Traduziremos essas iniciativas também em propostas para o plano de Minas de superação da pobreza extrema.

Nesse sentido, Sr. Presidente, estivemos com o Governador do Estado, na última sexta-feira, por ocasião da reunião do colegiado de gestores municipais da assistência social. Tive oportunidade de apresentar uma proposta ao Governador muito importante para os Municípios de Minas Gerais.

Hoje, em Minas Gerais, temos o Piso Mineiro da Assistência Social, que é um valor por família atendida que o governo repassa ao Fundo Municipal de Assistência Social. Hoje aproximadamente 200 Municípios recebem o Piso Mineiro da Assistência Social, e a meta do governo é gradativa: 200 agora, depois 400, depois mais 200, depois mais 50. Os 853 Municípios seriam atingidos em 2014, começando pelos de menor população. Essa ampliação vai do menor para o maior, e, no final, haverá um grande número de famílias que ainda estará sem o cofinanciamento da política de assistência social do Estado.

Fizemos uma proposta ao Governador, Deputado Rômulo Viegas, para antecipar esse cronograma. Comprometo-me, junto com a Comissão de Fiscalização Financeira - e já solicitei ao Deputado Wander Borges -, a realizar um estudo de impacto financeiro. O que significaria de impacto financeiro para o Estado antecipar para 2012 a cobertura desse cofinanciamento. Sabemos que o orçamento é finito, mas me disponibilizaria a tentar identificar no orçamento algum tipo de remanejamento ou cancelamento para cumprir essa meta. Digo isso neste momento em que discutimos o plano Brasil sem Miséria, porque quem vai fazer a busca ativa das famílias muito pobres é o Centro de Referência da Assistência Social – Cras. Hoje o Cras tem um acúmulo de tarefas muito grande: tem de dar conta do acompanhamento das mães do Bolsa-Família, de todos os serviços socioassistenciais e das iniciativas de inclusão produtiva. A Presidenta Dilma foi clara: o Cras é estratégico no êxito do plano Brasil sem Miséria. Hoje temos Cras em praticamente todos os Municípios de Minas Gerais - em mais de 700 Municípios -, mas muitas vezes o Prefeito não tem condição de ter um Cras com funcionamento adequado. Isso é muito comum. Vamos ao Cras, e o profissional não está lá, vai só na segunda-feira e na quarta-feira, não está lá o dia inteiro, não está todo dia, e não há um rodízio de profissionais.

Se o governo já cofinancia todos os Municípios com o piso mineiro, teríamos condição de fazer busca ativa em todos os Municípios sem colidir com a estratégia do porta a porta, pois é uma estratégia do governo fazer visitas domiciliares. Mas o Cras tem uma centralidade. Essa proposta apareceu ontem também em Ribeirão das Neves, e certamente será uma das propostas que mais aparecerá no seminário, porque os Municípios querem esse piso mineiro, pois com ele se contratam mais profissionais. Agora, com a lei de minha iniciativa aprovada na Assembleia, Minas Gerais é o primeiro Estado a ter o SUS em lei e os Prefeitos poderão até fazer concurso público e pagar profissionais com esse recurso. Podemos ter um salto de qualidade muito grande.

Apresentei a proposta ao Governador de maneira muito fraterna - o colegiado de gestores foi muito bem-atendido -, e ele mencionou a dificuldade financeira do Estado. No trabalho de discussão do orçamento do Estado, podemos descobrir fontes, porque essa proposta beneficiaria todos os Municípios de Minas, Municípios do PSDB e Municípios do PT, sem coloração partidária, recebendo piso pelo número de famílias atendidas. Então, Sr. Presidente, queria mencionar essa proposta.

Por fim, ainda que de maneira breve, queria dizer que o PT realizou um congresso nacional dos mais importantes. Como sempre, o Deputado Rogério Correia estava lá. Estavam também presentes a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Almir Paraca, Paulo Lamac - praticamente toda a nossa bancada -, e tomamos duas decisões muito importantes e corajosas. A primeira é que, a partir da próxima eleição interna do PT, no mínimo 50% dos cargos de direção do PT serão ocupados por mulheres. A política de cotas que defendemos na reforma política é praticada dentro PT.

No segundo ponto, no mínimo 20% da diretoria do PT em todos níveis terá de ser ocupada por jovens menores de 29 anos, para renovar os nossos quadros políticos.

No terceiro ponto, uma decisão corajosa. Também, a partir de 2014, o PT adotará limite de mandatos. Ninguém mais vai poder eternizar-se no Parlamento em qualquer nível. A partir de 2014, cada um poderá ter, no máximo, três mandatos de Deputado no mesmo nível e dois de Senador. Para usar aquela famosa máxima: “se mandar”. Queremos renovar o partido e dar oportunidade de as pessoas terem direito a uma concorrência mais igual.

Então, destaco essas três medidas - rodízio de mandato, 20% de jovens nas diretorias e 50% de mulheres nas diretorias do PT - como muito importantes para democratizar ainda mais o PT. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rômulo Viegas* - Sr. Presidente, caros colegas Deputadas e Deputados, em primeiro lugar quero mandar um abraço para a minha região das Vertentes. Visitamos várias cidades onde constatamos a necessidade real de um medicamento urgente para a saúde brasileira.

Estamos vendo várias vezes, pela mídia, casos de excessivos números de pacientes que ficam nas grandes filas das instituições de saúde nos Municípios, nos Estados, o que, evidentemente, nos entristece bastante. Visitei alguns Distritos e pude constatar, lamentavelmente, que há, sim, necessidade de revigorarmos o segmento da saúde em nossa sociedade. Então, temos de ficar atentos ao que propõe os governos federal, estadual e municipais.

Numa entrevista coletiva, vi a Presidente Dilma dizer que não aceita presente de grego, ou seja, se o Congresso Nacional aprovar a Emenda nº 29, ele teria de informar de onde sairia o dinheiro para arcar com as despesas. Portanto, Deputado Duarte Bechir, voltemos no tempo, ao ano passado, quando então a Presidente era candidata. No debate político, ela disse várias vezes que lutaria muito pela regulamentação da Emenda nº 29 sem a criação de impostos, sem cobrar mais impostos da sociedade. Passou, evidentemente, a responsabilidade para o Congresso. Nós que conhecemos bem o sistema político do País e várias vezes, com V. Exa. e com o Presidente, Deputado José Henrique, participamos aqui na Casa de vários debates sobre a reforma política, já chegamos à conclusão de que essa reforma não avançará praticamente em nada. Coloca-se em discussão, delega-se ao Congresso a busca de solução para a regulamentação da Emenda nº 29, para propiciar recursos financeiros para Estados e Municípios solucionarem esse grave problema. Fica realmente um questionamento: será que a Presidente usou um discurso com uma intenção meramente eleitoral, dizendo à população que entendia a necessidade de se aprovar a emenda, de se trazerem mais recursos, que não iria taxar, criar mais tributos porque realmente o povo brasileiro não aguenta mais carga tributária, para a qual já estamos no limite?

O mais interessante é que tanto os Estados quanto os Municípios e a União precisam rever e aprovar essa reforma tributária. Não podemos ficar reféns do que está acontecendo lá fora. A crise internacional está vindo aí com muita força, o dragão da inflação continua dando suas baforadas, os preços estão elevados. Na minha opinião, a situação econômica exige uma reflexão mais séria, mais profunda.

Quando se fala de gastos na área de saúde, há algumas propostas no Congresso que nos preocupam, caro Deputado. Por exemplo: taxação da remessa de lucro das empresas multinacionais para o exterior. Ora, há poucos dias realizamos uma audiência pública para discutir a desindustrialização no País. A produção nacional está sofrendo de forma veemente uma concorrência desleal dos produtos importados. O empresariado brasileiro que exporta já está ficando extremamente apertado porque sofre com essa concorrência desleal. Portanto, taxar essa remessa de lucro da exportação não é nada justo com o empresariado que paga seus impostos em dia e gera



empregos. Outra proposta que está no Congresso é o aumento da alíquota dos impostos que incidem sobre bebidas, cigarros e automóveis.

Ontem à noite, nos jornais televisados, vimos notícias de que as montadoras estão com os pátios repletos de veículos e haverá demissão. Isso indica desemprego a caminho. Todos sabemos as consequências disso. Não vejo como solução taxar alguns segmentos da nossa indústria que produzem para o consumo interno e externo.

Vale uma reflexão sobre a criação da contribuição social sobre a saúde: alguns Governadores estão sugerindo retirar impostos das empresas petrolíferas do País. Ora, temos de verificar o que a Petrobras vai achar disso. Afinal, é a estatal mais poderosa da América Latina e poderia contribuir nesse aspecto. Caros Deputados e Deputadas, não vejo como um caminho muito adequado para se solucionar o problema da saúde taxar mais uma vez a população brasileira. Vejo, sim, a valorização dos órgãos de controle deste país. É preciso valorizar e respeitar o Ministério Público, o Poder Judiciário, os Tribunais de Contas dos Estados e o Tribunal de Contas da União. Vale uma reflexão interessante: recentemente, os auditores e o corpo de Conselheiros do TCU, ao analisarem as planilhas de gastos das obras do Maracanã, descobriram um sobrepreço da ordem de R\$97.000.000,00, um superfaturamento. Foi necessário fazer e refazer essa planilha. Deputado Duarte Bechir, esse gasto de R\$97.000.000,00, que, como comprovado, não seriam necessários, poderiam estar sendo aplicados na área de saúde, poderiam estar dando atendimento de qualidade à população brasileira.

Mais ainda: se verificarmos a importância da mídia, principalmente no quesito das denúncias - recentemente foi demonstrado um volume expressivo de corrupção nos Ministérios -, veremos quanto dinheiro foi parar no ralo, mas poderia ser aplicado justamente na saúde.

Ái vale fazer algumas observações importantes. Falam muito da censura da imprensa em Minas, criticam até o Ministério Público, o Judiciário e o Tribunal de Contas do Estado, mas elementos do partido que faz essas colocações, o PT - que, aliás, realizou o seu congresso -, apontam planejamento para cercear a imprensa. Na minha fala, deixo a bola e a palavra com a imprensa, porque falam em censura em Minas e dizem que a imprensa de Minas é censurada. Entretanto foi aprovada resolução em Brasília, do PT, de um planejamento não muito claro para cercear a imprensa.

Acho que essas coisas devem ficar bem claras para a nossa população. É importante registrar que devemos, sim, encontrar formas de melhorar a saúde para atender melhor aos Estados e Municípios. Além disso, o governo federal precisa honrar o compromisso de campanha. Será que foi apenas um compromisso de período eleitoral?

O Deputado Duarte Bechir (em aparte) – Meu caro companheiro Deputado Rômulo Viegas, V. Exa. traz nesta tarde um assunto que usei muito nas minhas palavras para apresentar nossa modesta opinião. Como V. Exa. traz novamente à tona a possibilidade do ressurgimento da CPMF, agora com outra nomenclatura, cabe a mim, mais uma vez, salientar que V. Exa. disse que a atual Presidenta, em sua campanha eleitoral, prometeu que usaria os polpudos recursos da União para a saúde, sem precisar sacrificar o povo brasileiro com mais um imposto. Deputado, ela disse isso na cidade de Gramado, no Rio Grande do Sul, quando visitou uma feira. Na mesma oportunidade, o outro candidato José Serra também afirmou que era possível financiar a saúde sem sacrificar o povo brasileiro.

Deputado, o que mais me chama a atenção é que a Presidenta está criando um ambiente para trazer aos brasileiros a necessidade de instituição de um novo imposto para financiar as ações da saúde. Quando digo que ela está criando um ambiente, isso é porque está deixando gente morrer no Norte, Nordeste, Sul e no Centro-Oeste. Se as pessoas que nos acompanham pela TV Assembleia ou as que estiverem nesta Casa acessarem um canal de busca da internet e digitarem “pessoas morrem no Brasil em hospitais”, verão quantas matérias e quantos brasileiros estão morrendo nas filas dos hospitais porque não têm atendimento. A Presidenta está sendo artista, está criando um ambiente para jogar a CPMF com outro nome no colo do povo brasileiro. Dirá a todas as pessoas que morrem nos hospitais que é necessário arrumar mais dinheiro, porque somente dessa forma poderá financiar a saúde; que o dinheiro que sobra para corrupção, como V. Exa. disse, não pode ser usado na saúde. Atualmente os aposentados estão na fila reclamando que foram traídos, porque a recomposição foi prometida aos que ganham mais de um salário mínimo. Hoje, em todo o Brasil, a matéria dos principais jornais é “A Presidenta nos traiu”. V. Exa. traz a esta Casa um dos debates mais importantes e mais urgentes a serem tratados por nós, parlamentares.

Para complementar minha fala, digo a V. Exa. que nunca, na história deste país, se roubou tanto; que nunca, na história deste país, um governo teve tanta base para promover as mudanças necessárias, tanto na Casa superior, no Senado, quanto na Câmara Federal. Sobram Deputados e Senadores, mas não se conseguem assinaturas para instalar uma CPI que todo brasileiro quer. Por falta de apoio político não é, porque os partidos e os votos estão sobrando. Para encerrar, V. Exa. está de parabéns pelo assunto. Agora, parabéns poderia dizer também ao governo federal, mas hoje lamento muito a atitude da Presidência de abandono aos menos favorecidos nas portas dos hospitais, que morrem à míngua, sem direito à saúde. Parabéns, Deputado Rômulo Viegas.

O Deputado Fred Costa (em aparte)* – Deputado Rômulo Viegas, parabênize-o por trazer este importante debate para esta Casa. Corroborando com suas palavras, também lamento. No mínimo, isso é paradoxal. No momento em que a população clama pela reforma tributária, recentemente, quando era candidata, a própria Presidenta tornou pública a priorização, se eleita, da reforma. Mas o que observamos, na prática, é um retrocesso, promovendo mais uma vez um imposto com o subterfúgio de que é para a saúde. Infelizmente a saúde pública tem sido renegada a segundo plano. Exemplo disso é o que deparamos em todos os hospitais públicos espalhados no País. Infelizmente, no governo federal, temos percebido quase uma apologia à prática ilícita. Cuecão, mensalão, isso tudo já foi esquecido. Parece que hoje vêm aprimorando as formas, mas dinheiro para a saúde e tantas outras políticas públicas infelizmente não temos. Se, num passado recente e na era Lula, a Oposição prestou um grande serviço ao País, podemos dizer que esse foi acabar e extirpar com a CPMF. Infelizmente deparamos com um quadro que, se não é igual ou análogo, é próximo disso. Na prática é nada mais nada menos que tomar de nós, contribuintes, para alimentar sabe-se lá o quê. Esperamos que essas pessoas reflitam e observem o compromisso que têm para com a Nação. Como cidadãos, não aguentamos mais essa enorme carga tributária. Se formos observar, a maior fatia do bolo infelizmente fica com o governo federal e pouco com o Estado e o Município. E ainda querem criar outro tributo federal? Isso é inadmissível. Parabéns, Deputado Rômulo Viegas.

O Deputado Rômulo Viegas - Sr. Presidente, obrigado.



* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 12/9/11, o Sr. Presidente, nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Dirceu Marques de Oliveira do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Alice Ferraz de Almeida para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: MCI Tecnologia e Serviços Ltda. Objeto: prestação de serviços de manutenção predial e adaptação de instalações. Objeto do aditamento: ampliação em 25%. Vigência: a partir da assinatura. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Itaú Unibanco S.A. Objeto: prestação de serviços de emissão de boletos bancários. Vigência: 60 meses a partir de sua assinatura. Licitação: inexigibilidade nos termos do art. 25, I, da Lei nº 8.666, de 1993.